

ATA NÚMERO 204/XIII/3.^a SL

Aos vinte dias do mês de junho de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Aprovação das atas n.ºs 202 e 203;

2. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 884/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Eliminação do aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos";

Autor: António Ventura (PSD)

3. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 1694/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que proceda à regularização das situações decorrentes do processo de descolonização";

4. Discussão e votação do relatório sobre a COM(2018) 98 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Um quadro financeiro plurianual novo e moderno para a concretização eficaz das prioridades pós-2020 da União Europeia Contributo da Comissão Europeia para a reunião informal de líderes de 23/02/2018; Autora: Margarida Marques (PS)

5. Discussão e votação do relatório sobre as iniciativas europeias do pacote QFP;

Autora: Margarida Marques (PS)

6. Ponto da situação das iniciativas legislativas pendentes na Comissão;

7. Metodologia de revisão do processo de apreciação da CGE;

8. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 743/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Estabelecimento do prazo mínimo de 120 dias para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária";

9. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 806/XIII/3.^a (PCP) - "Determina a redução de encargos e a reversão de Parcerias Público-Privadas";

Autor: João Paulo Correia (PS)

10. Apreciação e votação do requerimento do BE sobre "Audição, com carácter de urgência do Presidente da Comissão de Avaliação Bipartida do Ministério das Finanças e Modernização Administrativa" [PREVPAP];

11. Definição da metodologia de nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 551/XIII/2.^a (PCP) - "Lei das Finanças Locais" e n.º 883/XIII/3.^a (PEV) - "Reforça a autonomia financeira dos municípios e introduz medidas de justiça nos impostos municipais (7.^a alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e 33.^a alteração ao CIMI)" - e da Proposta de Lei n.º 131/XIII/3.^a (GOV) - "Altera a Lei das Finanças Locais";

12. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.^a (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental";

13. Deliberação sobre emissão de Parecer das Propostas de Lei n.º 127/XIII/3.^a (GOV) - "Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível", n.º 128/XIII/3.^a (GOV) - "Estabelece taxas autónomas diferenciadas de IRS para rendimentos prediais nos contratos de arrendamento habitacionais de longa duração" e dos Projetos de Lei n.º 821/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Cria um incentivo ao arrendamento habitacional, reduzindo a taxa de tributação autónoma, em sede de IRS, dos rendimentos prediais, resultantes de contratos de arrendamento para habitação, procedendo à alteração do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro", n.º 863/XIII/3.^a (PSD) - "Revogação do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI)", n.º 864/XIII/3.^a (PSD) - "Alteração do Código ao Imposto sobre Pessoas Singulares para dedução de encargos com imóveis de jovens até 30 anos com contratos de arrendamento" e n.º 866/XIII/3.^a (PSD) - "Alteração da taxa especial dos rendimentos prediais";

14. Outros Assuntos.

11:00

Audiência com a União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho, sobre "Encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos".

11:30

Audiência com a "Comissão de negociação eleita pelos trabalhadores", sobre "a situação na Sucursal de França da Caixa Geral de Depósitos".

10:00

1. Aprovação das atas n.ºs 202 e 203;

A ata n.º 202 foi aprovada por unanimidade.

A votação da ata n.º 203 foi adiada para próxima reunião.

**2. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 884/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) –
“*Eliminação do aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos*”;**

O Senhor Deputado António Ventura (PSD) apresentou o parecer de que foi autor.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

**3. Deliberação sobre a sede de discussão do [Projeto de Resolução n.º 1694/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) –
“*Recomenda ao Governo que proceda à regularização das situações decorrentes do processo de descolonização*”;**

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) solicitou que a discussão deste Projeto de Resolução se realizasse em Plenário. Notou ainda que a iniciativa versa sobre matérias que se enquadram, principalmente, no âmbito das competências da [Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias](#) bem como da [Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas](#). Concluiu propondo que se sinalizasse este facto ao Presidente da Assembleia da República para que ponderasse sobre qual a Comissão competente para a sua apreciação.

A proposta mereceu a concordância da Senhora Presidente e de todos os grupos parlamentares (GP).

4. Discussão e votação do relatório sobre a [COM\(2018\)98](#) - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Um quadro financeiro plurianual novo e moderno para a concretização eficaz das prioridades pós-2020 da União Europeia Contributo da Comissão Europeia para a reunião informal de líderes de 23/02/2018;

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) apresentou o relatório de que foi autora. Destacou as circunstâncias em que surge esta Comunicação e identificou os seus objetivos, sublinhando que antecede e lança o debate sobre o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), consubstanciado num pacote iniciativas (Propostas de Regulamento) apreciadas no relatório a discutir no ponto seguinte da OD.

Após cumprimentar a Deputada relatora, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) constatou, uma vez mais, que se elabora um relatório sobre uma Comunicação. Reiterou a sua opinião, já anteriormente expressa, de que se deve evitar elaborar relatórios quando não haja lugar à apreciação sobre eventual violação do princípio da

subsidiariedade. Teceu ainda algumas considerações sobre a opção da relatora em inserir as opiniões da Comissão Europeia (CE) no relatório sem o assinalar explicitamente. Sendo, conforme afirmou, uma opção legítima, entende todavia que vincula uma posição de concordância de todos os que votarem favoravelmente o relatório. Relembrou, a este propósito, a discordância do PCP face às opiniões da CE nestas matérias. Referiu ainda que alguns relatores preferem citar no relatório, de forma explícita, as posições da CE, ou seja, constatando sem assumir juízos de valor.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS), concordando com as observações do Deputado Paulo Sá, informou que acolherá as sugestões nomeadamente inscrevendo, logo no 1.º ponto, uma frase evidenciando que se trata de resumo das propostas da CE, e não de uma posição da relatora.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) manifestou concordância com as observações do Deputado Paulo Sá. Entende que, por regra, não se deveriam elaborar relatórios de Comunicações, pese embora, neste caso até se poderia justificar por se tratar de matéria muito relevante do ponto de vista europeu, que exige o acompanhamento dos Parlamentos dos Estados Membros. Notou porém que, dando-se o caso de haver a possibilidade da COFMA se pronunciar sobre a substância, no relatório que será apresentado e discutido a seguir, poderia ter-se prescindido de elaborar este relatório.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) sublinhou que esta Comunicação constitui um primeiro documento de reflexão. Relembrou que, numa intervenção recente teve oportunidade de manifestar a sua opinião de que a primeira proposta é péssima e a segunda (com os envelopes financeiros atribuídos) é má. Assim, no seu entendimento, regista-se uma evolução positiva, sendo esta uma das razões que justifica a pertinência da elaboração destes dois relatórios. Sustentou também que a capacidade de acompanhamento desta negociação beneficia do nosso conhecimento destes dois patamares.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) agradeceu a disponibilidade da Deputada relatora para acolher as sugestões dadas. Assinalou porém a existência no texto de uma “adjetivação forte” positiva relativamente às propostas da CE. Sugeriu que se utilizasse a expressão “a Comissão considera que” seguida da citação textual das opiniões da CE. Também observou que, o PCP não se revê na parte final nas conclusões, sobre a questão das prioridades. Propôs assim que se reformulasse o texto eliminando essa última parte.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) dispôs-se a acolher as sugestões dadas, especificando depois todas as alterações que se propõe introduzir no texto.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) considerou positiva a discussão em torno deste relatório mas, informou que o GP do PSD não estava habilitado para votar pela ausência, nesta sessão, do Deputado que habitualmente acompanha estas matérias. Por tal motivo solicitou o adiamento deste ponto da OD para a próxima reunião da Comissão.

Ficou assim adiada, para a próxima reunião, a votação deste relatório.

5. Discussão e votação do relatório sobre as iniciativas europeias do pacote QFP;

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) apresentou o relatório de que foi autora, explicando que a agregação destas várias iniciativas no mesmo pacote surge na sequência da sugestão da CAE. Notou ainda que estas iniciativas recorrem a instrumentos jurídicos de valor distinto. Sublinhou também a sua decisão de transpor para o relatório a opinião da relatora.

Após ter cumprimentado a Deputada relatora, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) salientou a profunda discordância do PCP sobre a substância da generalidade das matérias constantes neste relatório. Ainda assim, anunciou que o PCP estará disponível para o voto de abstenção se: a) ficar claro nos considerandos que as opiniões lá expressas correspondem à posição da CE; b) se na conclusão for eliminada a última parte da frase.

Interveio o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) para cumprimentar a Deputada relatora, manifestando também o interesse do GP do PSD em acompanhar estes temas. Aproveitou para sugerir uma pequena correção do texto na página 5 do relatório.

Depois de cumprimentar a Deputada relatora, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) destacou a grande relevância das matérias tratadas neste relatório. Disse acompanhar a Deputada relatora nalgumas objeções que identificou - no capítulo III referente à opinião da relatora- afirmando ainda que acrescentaria outras, nomeadamente a proposta de aumento das receitas próprias. Também concorda com a reformulação das conclusões, que admite ser nos termos já anteriormente sugeridos.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) deu como adquirida a questão dos considerandos e aceitou reformular o texto nos termos propostos.

Posto à votação, o relatório foi aprovado com a abstenção do PCP e BE e os votos favoráveis dos restantes GP's.

A Senhora Presidente interveio para assinalar o seu desagrado relativamente às más condições de trabalho verificadas na sala 10, onde decorria a reunião, pelo deficiente funcionamento do ar condicionado. Deu nota de que o problema já tinha sido reportado e que, se em meia hora não estivesse ultrapassado (ou não houvesse disponibilidade de sala alternativa), suspenderia os trabalhos, não havendo lugar a deliberação sobre os assuntos previstos na OD, mesmo os mais importantes.

6. Ponto da situação das iniciativas legislativas pendentes na Comissão;

A Senhora Presidente apresentou resumidamente a lista de iniciativas pendentes na generalidade (com prazo de apreciação ultrapassado) e na especialidade, por sessão legislativa. Assinalou em particular duas situações: a) [Projeto de Lei n.º 557/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - *Revoga a retirada da Ilha de Man, Jersey e Uruguai da lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada claramente mais favoráveis,*

que corresponde a matéria aprovada no âmbito do Orçamento do Estado, e portanto, redundante; b) Iniciativas relativas ao [GT da Supervisão Bancária](#) aprovadas na generalidade, que não podem ser retiradas (do PS), mas que abrangem matérias contidas no texto final que teve origem na [Proposta de Lei 109/XIII/3.^a \(GOV\)](#) - *Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593*

Usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), interrogando-se sobre o destino das iniciativas do CDS-PP, pendentes no GT para discussão na especialidade. Recordou que, desde de abril de 2017, que o Governo ficou de apresentar as suas propostas para a reformulação do modelo de supervisão. Notou que o CDS-PP tem aguardado mas até ao momento ainda nada chegou ao Parlamento. Manifestou a sua opinião de que, não havendo propostas, dever-se-á avançar para o debate na especialidade destas iniciativas.

O Senhor João Galamba (PS) informou que iria averiguar, junto do Governo, sobre o ponto de situação dessa(s) iniciativa(s) e solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião.

A Senhora Presidente concordou e assim foi decidido.

7. Metodologia de revisão do processo de apreciação do CGE;

A Senhora Presidente propôs o agendamento de uma reunião de Mesa e Coordenadores para discussão deste assunto, a qual deverá ser marcada ainda para esta semana ou para a próxima.

8. Discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 743/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) – “*Estabelecimento do prazo mínimo de 120 dias para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária*”;

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o texto conjunto notando que se chegou a consenso sobre matérias essenciais nomeadamente quanto à aplicação das novas regras às Declarações anuais (mínimo de 120 dias de antecedência para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária - AT) bem como à exceção da aplicação desta norma, para o ano de 2019, em que prazo de antecedência mínima aplicável é de 90 dias.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) secundou a opinião da Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) sobre este texto conjunto, salientando que o mesmo resulta de um trabalho de consenso importante.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) também se congratulou com o resultado alcançado, que resultou deste consenso, e que no seu entender representa um avanço importante para os contabilistas certificados. Aproveitou para referir que esta iniciativa surge no contexto da discussão da revisão do calendário fiscal, na sequência de um projeto apresentado pelo PCP.

Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) para enaltecer a capacidade que os GP's demonstraram para elaborar este texto conjunto, que considerou consubstanciar um avanço significativo no compromisso da AT para disponibilizar, com a devida antecedência, os formulários eletrónicos relativos às Declarações anuais. Destacou ainda a total disponibilidade demonstrada pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais para discutir e resolver esta questão.

Submetidos a votação, a iniciativa foi aprovada, estando o relatório de votações disponível na respetiva página.

9. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 806/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – “*Determina a redução de encargos e a reversão de Parcerias Público-Privadas*”;

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o parecer na qualidade de autor.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) cumprimentou o Deputado relator, manifestando a opinião de que o parecer traduz fielmente aquele que é o objetivo da iniciativa do PCP.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) também cumprimentou o Deputado relator e afirmou acompanhar a redação proposta no parecer,

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente informou que os restantes pontos da OD seriam adiados para a próxima reunião e anunciou que as duas próximas audiências iriam decorrer na sala 7.

11:00

Audiência com a União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho, sobre o “Encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos”.

A Senhora Presidente deu início à audiência dando as boas vindas ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho bem como à restante equipa, e enquadrando a audiência no pedido que a autarquia endereçou a esta Comissão.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia fez uma intervenção inicial sobre o problema que suscitou o pedido de audiência.

No período de debate intervieram os senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Ricardo Leão (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

A Senhora Presidente sublinhou o consenso crítico que este tema reuniu entre todos os GP's. Aproveitou ainda para referir que a COFMA solicitou ao Governo e ao Presidente da CGD informação sobre este assunto mas não obteve resposta por ter sido considerado confidencial.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia fez uma intervenção final respondendo às questões colocadas pelos Deputados. Concluiu agradecendo à Presidente da Comissão a sua disponibilidade para conceder esta audiência de forma tão célere.

Não havendo intervenções adicionais, a Senhora Presidente agradeceu a presença do Presidente da União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho e deu por encerrada esta audiência.

A audiência foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audiência.

11:30

Audiência com a “Comissão de negociação eleita pelos trabalhadores”, sobre “a situação na Sucursal de França da Caixa Geral de Depósitos”.

A Senhora Presidente deu início à audiência

A porta voz da comissão de negociação efetuou uma breve alocução inicial sobre esta questão, após o que a Senhora Presidente deu a palavra aos GP's.

No período de debate usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Alberto Gonçalves (PSD), Paulo Pisco (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP). A porta-voz da Comissão de negociação respondeu ao conjunto das questões.

A Senhora Presidente fez uma primeira interrupção para lembrar à oradora convidada que existem regras regimentais e protocolares na Assembleia da República, solicitando que se referisse ao [Dr.] Paulo Macedo como Presidente da CGD. Recomendou também que evitasse certas apreciações de natureza política.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) interpelou a Mesa para apresentar protesto sobre a condução dos trabalhos informando que o GP PCP não se revê nas declarações da Mesa. Foi secundado pela Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE).

A Senhora Presidente respondeu esclarecendo que considerou necessária a advertência.

A porta-voz da Comissão de negociação retomou a sua intervenção final e, ainda antes de terminar, foi novamente advertida pela Senhora Presidente. Notou que foram proferidas afirmações que indiciam a



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

prática de crimes [gestão danosa], matéria que não é apreciada no âmbito da COFMA. Defendeu que, em havendo suspeitas ou indícios de crimes, os mesmos deverão ser denunciados em instância própria, ou seja, junto do Ministério Público, para subsequente investigação. Entende que o Parlamento não pode aceitar, nem ser palco de acusações não consubstanciadas em factos. Alertou também para a facilidade de propagação destas afirmações, até porque as audiências são públicas. Concluiu defendendo que a Assembleia da República não pode tolerar ou pactuar com acusações não fundamentadas até porque podem, eventualmente, vir a configurar um crime de difamação.

Concluída a intervenção final da porta-voz da Comissão de negociação, e não havendo intervenções adicionais, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos membros da referida Comissão de negociação dos trabalhadores da sucursal de França da CGD e deu por encerrada a audiência.

A audiência foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audiência.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, na sala 7, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 junho 2018.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 20 de junho de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Teresa Leal Coelho
Carlos Alberto Gonçalves
Miguel Tiago
Paulo Pisco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sara Madruga da Costa